



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaração de Voto relativa à proposta n.º 920/2013 (Aprovar o Reenvio à Assembleia Municipal, para aprovação, da Proposta n.º 337/2013, relativa ao lançamento de uma Hasta Pública para a alienação dos três futuros lotes a constituir na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, no Bairro da Liberdade, no âmbito da Operação de Reparcelamento, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transacto, nos termos da proposta).

Os Vereadores do PCP João Ferreira e Carlos Moura votaram contra:

- Aprovar o Reenvio à Assembleia Municipal, para aprovação, da Proposta n.º 337/2013, relativa ao lançamento de uma Hasta Pública para a alienação dos três futuros lotes a constituir na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, no Bairro da Liberdade, no âmbito da Operação de Reparcelamento, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transacto, nos termos da proposta.

Em conformidade com a votação do Vereador do PCP Ruben de Carvalho na votação da proposta 337/2013.

Reiterando na íntegra a declaração de voto efectuada pelo Vereador Ruben de Carvalho à data, que aqui se transcreve e subscreve:

“Declaração de voto do Vereador do PCP

Proposta 337/2013



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

168ª Reunião de Câmara, em 08-05-2013

O Vereador do PCP, Ruben de Carvalho, votou contra a proposta 337/2013, que pretende que a Câmara aprove submeter à Assembleia Municipal o lançamento de uma Hasta Pública para a alienação dos três futuros lotes a constituir na Rua Inácio Pardelhas Sanchez, no Bairro da Liberdade, no âmbito da Operação de Reparcelamento, tendo em conta que:

Os Vereadores do PCP sempre defenderam a conclusão do Plano de Pormenor do Bairro da Liberdade e Serafina iniciado em 2000, como instrumento adequado à reconversão participada daquela zona, de forma a responder aos problemas próprios da população dos vários núcleos urbanos de diferente génese que ali coexistem, em ordem a garantir as condições de vivência necessárias (infra-estruturas e equipamentos) capazes de vencer as consequências do isolamento relativamente à freguesia e à cidade e avaliando e acautelando os constrangimentos do risco decorrente das características e estado do suporte físico.

A actual maioria na Câmara, ao longo do mandato e meio decorrido, sempre menosprezou a elaboração do Plano de Pormenor iniciado, voltando as atenções para intervenções pontuais de avaliação geológica e geotécnica, demolições e correspondentes despejos das famílias e actividades instaladas e polarizando as expectativas de intervenções positivas no projecto de reparcelamento da zona envolvente (jusante) da Rua Inácio Pardelhas Sanchez, após demolição coerciva das construções em risco que ali se encontravam implantadas previamente.

Os Vereadores do PCP sempre apontaram o carácter parcial de tal intervenção e a fuga à participação da população que desejavelmente deveria acontecer. Ainda assim, e no sentido de não comprometer a componente positiva (construção de fogos capazes de servir ao realojamento da população residente) da intervenção preconizada, sempre manifestaram o voto de abstenção relativamente aos vários passos empreendidos no chamado projecto de reparcelamento que, efectivamente, por falta de envolvimento dos proprietários do solo, se transformou num mero



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

projecto de loteamento das áreas que acabaram por ser adquiridas por negociação, após ser manifestada intenção de expropriação com base na delimitação de área crítica de recuperação e reconversão urbanística (ACRRU). O sentido do voto de abstenção sempre teve como pressuposto que a operação empreendida corresponderia, ainda que de forma não consequente, a um remoto contributo para a resolução dos problemas da população afectada ou residente, contribuindo para a fixação da mesma no lugar.

Verifica-se agora, com a presente proposta, e ainda quando não está garantida a aquisição da totalidade das parcelas envolvidas na operação dita de reparcelamento, que o Município se vai limitar aos actos burocráticos de aquisição, valorização e alienação de lotes para promoção privada, sem acrescentar nada em termos de obra ou de garantia de alternativas para os problemas sentidos para a população local, deslocada ou não.

Constata-se, por fim, que será mobilizada do ponto de vista urbanístico, uma zona de risco (fragilidade geológica e geotécnica) sem que tal ocorra por determinantes de ordem social mas, unicamente, como operação de resgate financeiro (se tal se vier a verificar pelo desfecho da hasta pública preconizada) para o Município e de promoção imobiliária para os privados que vierem a adquirir os lotes em questão, votando ao ridículo a memória descritiva do projecto de reparcelamento que destacava uma resposta ajustada aos quotidianos e vivências da zona, na medida em que os seus potenciais destinatários terão seguramente origem em origens bem distintas.

Lisboa, 08-05-2013

O Vereador do PCP

Ruben de Carvalho”



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O S V E R E A D O R E S D O P C P

Termos e fundamentos que levaram os vereadores do PCP a votarem contra a proposta n.º 920/2013.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2013.

Os Vereadores do PCP

João Ferreira

Carlos Moura